

PAÍSES DO SUL GLOBAL: SOBRE A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA LUSÓFONA¹

Iuri Santos Silva do Rosário²

RESUMO

O presente artigo pretende elucidar os diálogos institucionais e de cooperações no que tangem ao processo de cooperação educacional entre o Brasil e a África Lusófona, utilizando-se da temporalidade das primeiras décadas do século XXI. Nesta perspectiva, pretende-se discutir a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB como representação do que foi considerado como novo modelo de parceria entre o Estado brasileiro e os demais países lusófonos, através da análise do princípio da não indiferença formulado pela diplomacia brasileira. O que será observado na cooperação institucional e educacional consistirá na discussão sobre possíveis formações de recursos humanos, novas contribuições ao campo da cooperação e novas transformações e impactos, tendo como grupo principal, os estudantes estrangeiros da UNILAB que migram para o Brasil e retornam após a conclusão do curso.

Palavras-chave: África - Relações exteriores. Educação - Cooperação internacional. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Estudantes.

ABSTRACT

This article aims to elucidate the institutional and cooperation dialogues regarding the educational cooperation process between Brazil and Lusophone Africa, using the temporality of the first decades of the 21st century. In this perspective, we intend to discuss the creation of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony - UNILAB as a representation of what was considered as a new model of partnership between the Brazilian State and the other Portuguese-speaking countries, through the analysis of the principle of non-indifference formulated by Brazilian diplomacy. What will be observed in the institutional and educational cooperation will be the discussion about possible human resources training, new contributions to the field of cooperation and new transformations and impacts, having as main group the foreign students from UNILAB who migrate to Brazil and return after the completion of the course.

Keywords: Africa - Foreign relations. Education - International cooperation. African Portuguese Speaking Countries (PALOP). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Students.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB/Campus dos Malês.

1 INTRODUÇÃO

Estudos empíricos e científicos ilustram que a formação étnica da sociedade brasileira é fruto de relações entre negros africanos, indígenas e brancos europeus. Após datação da chegada dos primeiros negros africanos para trabalhos nas grandes lavouras, muitos escravizados foram utilizados e capturados em África como mão de obra escrava (PINTO; FERREIRA, 2014) e desta forma, contribuíram para a formação social, econômica e cultural da República Federativa do Brasil hoje.

O reconhecimento oficial do papel de negros africanos na formação do Brasil ocorrera tardiamente, mais especificamente, com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Na chegada do ex-Presidente ao Palácio da Alvorada, Lula afirma que o Brasil possui uma dívida histórica com o continente africano e assim, com o povo afro-brasileiro. Este discurso intenciona marcar o novo modelo de Relações Diplomáticas entre o Brasil e os países do continente africano.

Ciente da importância da Política Externa Brasileira para sua afirmação enquanto hegemonia regional e projeção no cenário internacional, Lula remodela a forma de cooperação com a África, aproximando-a a cada novo projeto de cooperação. Durante os seus dois mandatos, o ex-Presidente enxergava o continente africano como um parceiro estratégico para as demandas do Brasil diante de um cenário cada vez mais globalizado, polarizado e competitivo.

Neste contexto, e adentrando ao propósito deste artigo; o ex-Presidente entendeu que contribuir com investimentos em cooperações técnicas educacionais seria mais um mecanismo de integração e aproximação, por exemplo, entre os países- membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), utilizando-se dos princípios da não indiferença, da não intervenção e da não ingerência.

É muito importante que todos nós sejamos capazes de praticar a não indiferença, isto é, um engajamento no auxílio sempre que solicitado, para a consolidação democrática dos países. Mas, ao mesmo tempo, é importante nos abstermos de interferir em processos internos. É isso que tem guiado a política do Presidente Lula, baseada na integração, baseada na amizade, baseada na não indiferença, mas também na não intervenção.³

A integração entre o Brasil e os países da América Latina seria também mais uma

³ Discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da XXXVI Assembléia-Geral da OEA. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/7852-5>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

aposta do Estado brasileiro na sua nova Política Externa. Em 2008, o então Ministro da Educação pronunciou que o governo naquele momento estaria em discussão da criação de um novo modelo de Universidade, a qual viria a diferenciar-se das demais Universidades brasileiras. O foco central da nova criação, na época, seria um novo formato de integração e cooperação tanto com países africanos como com países latino- americanos.

Durante a última década, a Cooperação Internacional tem se consolidado meio ao desenvolvimento da mobilidade interinstitucional, principalmente por serem situações relativamente nova para algumas instituições, as quais vem fazendo também, diversas propostas inovadoras na Educação de Ensino Superior de seus países.

Em referência à Universidades de caráter internacional, criadas em marcos legais brasileiros, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira fora criada e motivada a promover colaborações multilaterais entre universidades de países de Língua Oficial Portuguesa, sendo inserida posteriormente na Associação das Universidades de Língua Portuguesa, a AULP.

O aumento da tendência das relações Sul-Sul perpassa a solidariedade intrínseca e a realidade das relações entre países em desenvolvimento torna-se então um incentivo para o fortalecimento de blocos regionais, isto, considerando o mundo transnacionalizado e a polarização de um mundo cada vez mais globalizado. Neste sentido, ao que se pese no novo modelo de cooperação, discutir-se-á o princípio da não indiferença, perspectivando a não ingerência do Brasil para com os países parceiros.

Para o fortalecimento de cooperações no molde das cooperações Sul-Sul com base na não indiferença entre Estados, podendo ser mencionada também como Cooperação Internacional Horizontal (CIH), é importante considerar como desafios,

[...] o desenvolvimento de uma política de diálogo e de intercâmbio; o trabalho em redes; a existência de fundos de organismos multilaterais; a presença de uma cultura de solidariedade internacional e do mútuo reconhecimento das capacidades de cada país ou região; o desenvolvimento da mobilidade acadêmica e estudantil; a colaboração em nível interinstitucional; a capacitação de expertos e técnicos; bem como a existência de reuniões para implantar programas de colaboração e a participação das IES da região nos foros internacionais (MOROSINI Apud. DIDIKSSON, 2005).

Diversos documentos possibilitaram o entendimento das dinâmicas adotadas para a compreensão sobre a cooperação educacional e as novas formas de cooperações entre o Brasil e a África Lusófona, boa parte delas materializadas pelo Portal do Itamaraty e pelo Portal da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), utilizando-se para análise o período temporal entre

os governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Para estruturação teórica e científica deste artigo, utilizou-se a análise via livros de história, documentos, matérias, livros, revistas, artigos e discursos de diversos organismos públicos do Estado brasileiro. O embasamento teórico buscou-se dentro de leituras e análises de documentos da: Associação Brasileira de Cooperação (ABC), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF 1988), Ministério das Relações Exteriores (MRE – Portal do Itamaraty), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Ministério de Educação (MEC), Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), Conselho Nacional de Educação (CNE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diário Oficial da União (DOU).

Diante desta perspectiva científica, este artigo compõe-se por partes que descrevem uma breve contextualização histórica sobre o processo da formação dos negros na sociedade Brasileira, passando brevemente pelo período colonial, Brasil República e os negros nos dias atuais; discute-se também os impactos das políticas públicas e afirmativas; posteriormente analisa-se o legado histórico do Brasil e as influências nas estratégias do Brasil para com o Sul Global; discute-se também de que forma a cooperação horizontal e o princípio da não indiferença gerou impactos para a Política Externa Brasileira.

Em debates mais específicos discorreu-se os impactos da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, enfatizando tanto os impactos como as contribuições no campo da educação entre o Brasil e a África Lusófona, bem como a UNILAB como processo de integração internacional entre estudantes brasileiros e estudantes falantes da língua oficial portuguesa e para concretizar, algumas considerações finais.

2 O PROCESSO E O PROGRESSO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

É sabido que todo ser humano está imerso pelos processos educacionais da sociedade ao qual está inserido. Estes precisam minimamente assimilar a produção cumulativa que a humanidade adquiriu e transferiu a ele, independentemente de como ele se comporte dentro do grupo social do qual faz parte, sendo direta ou indiretamente afetado tanto pela educação produzida no processo histórico que a humanidade elaborou como pelos processos de escolarização.

O marco histórico brasileiro no que tange ao diálogo Sul-Sul não foge desse esquema

planetário, tendo a educação jesuítica o ponto de partida da educação tradicional europeia aqui no Brasil e as primeiras salas de aulas na colônia brasileira inauguradas pela companhia de Jesus, as quais desembarcaram da caravela do Governador Geral, Tomé de Souza, e seguida pelo Padre Manoel da Nóbrega como um dos principais elementos formadores da educação brasileira. Um dos focos centrais dos jesuítas que chegaram na quinta colônia era de expandir o contingente de cristãos como contrapartida da reforma protestante em franca expansão na Europa.

Na colônia brasileira, os primeiros resquícios dos processos educacionais a partir da chegada de africanos aqui no Brasil pode-se considerar como uma iniciativa unilateral. Os jesuítas procuravam basicamente catequizar os curumins⁴, os órfãos de portugueses e holandeses, os filhos dos senhores de engenho e uma pequena fração dos filhos dos escravos que compunham na época o sistema escravagista.

A catequese e a conversão dos gentios, crianças brancas, indígenas, mamelucas, mestiças e pretas, introdução que BITTAR; JUNIOR (1999) viera a chamar os processos de escolarização e de educação pelos jesuítas, de empresa educacional, a qual se destacava como principal ponto continental da expansão da fé cristã.

As crianças pretas utilizavam-se do resíduo escolar desse bojo, sofrendo dupla violência. Essas crianças sofriam por terem nascido e tão logo predestinadas ao trabalho escravo e por passarem por um processo sobre o qual BITTAR; JUNIOR (1999) chama de aculturação, processada pela visão cristã, do que eles consideravam de *desafricanização*⁵.

As crianças pretas usufruíam raramente do que sobrava dos filhos dos colonos. O processo escolar prosseguia com a catequese e com o surgimento concomitante das fazendas como consolidação dos elementos escravistas, cristalizando também essa ordem católica como violenta. Ademais, percebe-se que historicamente o primeiro resquício de educação dos escravizados consistiam em que *desafricanizá-los* e submetê-los novamente a condições de precariedade.

Os escravos livres não tinham possibilidade de buscar instrução via educação tradicional na época, nem mesmo regressar à África. O próprio processo educacional tinha como a “bíblia”, o *Ratio studiorum*⁶ e o processo de aplicação educacional chamado de sadismo (BITTAR; JUNIOR, 1999), pois as escolas da época tinham legitimidade para

⁴ Curumins é uma palavra de origem tupi e quer dizer crianças.

⁵ Movimento que impunha a proibição de práticas vindas do continente africano. No contexto das escolas jesuíticas, quer dizer, um ser catequizado e que viveria a vida cristã. Deixar de ser africano. Desfazer-se das maneiras e estilos que o ou a caracterizava como um ser africano.

⁶ Método pedagógico e educacional utilizado pelos jesuítas.

castigos que iam da palmatória às punições corporais caso os alunos não cumprissem com a disciplina imposta pelos jesuítas.

Com o avanço do iluminismo na Europa, especificamente na Grã-Bretanha, sucede-se então as Reformas Pombalinas, que dão início ao que se chama de estatização da educação em Portugal e, conseqüentemente nas colônias, refletindo o conjugado colonial português.

Os conceitos do Marquês de Pombal valorizavam ainda: a razão, a experiência e as sociedades liberais que influenciaram a cultura voltada para a cidadania, para além de uma total substituição do modelo jesuítica por um ensino estatal laico, o qual é outro fator herdado das ideias do Marquês na atualidade e da laicidade que consta na Constituição Brasileira.

A situação brasileira nesse espaço de tempo dado ao fato de ser a quinta colônia, foi de um completo hiato educacional, abandono da administração educacional brasileira, assim como a situação de escravização dos povos que aqui advinham mesmo depois da vinda do trono Real para a própria colônia, configurando o mesmo processo escravista e de abandono misturado a retirada contínua da humanidade dos africanos.

Avançando no processo histórico, chega-se ao processo gradual e lento para o que culminou a Lei Áurea, a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário. Sucedendo a Lei áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, a situação já prevista pela família real era a da aristocracia vigente, dado o forte apoio abolicionista, somadas as constantes revoltas que figuraram todo o processo de aviltamento de direitos e do tráfico de africanos retirados forçadamente para fora do seu continente.

3 O BRASIL E OS IMPACTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AFIRMATIVAS

Com o avanço do Brasil República, a mesma estabilidade no que concerne ao processo de inclusão de uma parcela considerável da população brasileira de pretos, pretas, mestiços e indígenas vai se somando a todas as formas de marginalização e ao forte conceito teórico de democracia racial, utilizado por Gilberto Freyre, que emoldura pela janela da casa grande e pulveriza no imaginário brasileiro, o abasileiramento e a superação das questões problemáticas raciais ainda vigentes no cone sul.

O racismo no Brasil se manifesta estruturalmente e de variadas formas, principalmente no campo da educação que tem como base uma pedagogia *eurocêntrica*⁷. Com todo o

⁷ Utiliza-se o termo como uma visão de mundo que coloca a Europa como elemento central do pensamento cultural humano.

processo histórico já elencado, mas não menos importante, em janeiro de 2003 cria-se então a Lei 10.639 que prevê a implantação de políticas públicas para a comunidade negra brasileira, garantindo entre várias políticas, o Ensino da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Instituições de Ensino, além da liberdade religiosa.

Mesmo tendo prescrito em sua Constituição Federal (CF 1988), no item I do Art. 3º da CF menciona de que o Brasil deva defender e “[...] *construir uma sociedade livre, justa e solidária;*”. A realidade está muito distante da prática. Estudos sobre a história e a cultura africana são quase inexistentes no ensino básico no país, seja por falta de interesse na aplicação da Lei ou por falta de fiscalização da sua aplicabilidade.⁸

Os estudos sob um currículo *eurocêntrico* dificultam o entendimento de crianças, jovens e adultos sobretudo no que tange a questões de raça, racismo e do seu lugar de pertencimento dentro de um Estado construído e formado com a ajuda de diversas etnias, e, tão logo sobre o racismo que sofrem dentro uma sociedade minoritariamente branca, estando num país composto por maioria de negros e pardos⁹.

O déficit na formação dos educadores para a discussão dessas temáticas em sala de aula se torna a maior problemática da aplicabilidade da Lei 10.639/2003. A maioria dos educadores brasileiros nunca tiveram ou tiveram pouca aproximação de temáticas que envolvam essas discussões. Vale-se ressaltar que os currículos de universidades, seja pública ou privada, ou não abordam ou não aprofundam os estudos da temática da Lei em discussão¹⁰.

Faz-se importante frisar, que parte das propostas governamentais só são inseridas pelas inúmeras discussões sobre Política de Ações Afirmativas, cujas tem como base a inserção de Políticas Públicas de Reparação Para as Minorias. Segundo SANTOS (2007), ações afirmativas

[...] é um conceito que indica que, a fim de compensar os negros, outras minorias em desvantagens e as mulheres pela discriminação sofrida no passado, devem ser distribuídas recursos sociais como empregos, educação, moradias, etc., de forma tal a promover o objetivo final da igualdade. (WALTERS, 1995, p. 131 *apud* SANTOS, 2007, p. 426)

⁸ Lei 10.639 completa 15 anos na educação brasileira ainda com dificuldades de implantação. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/09/10/lei-10-639-completa-15-anos-na-educacao-brasileira-ainda-com-dificuldades-de-implantacao/>. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

⁹ Distribuição da população por cor e raça, 2017. Disponível em: http://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_populacao_cor_e_raca.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2019.

¹⁰ Organizações recorrem à Justiça para efetivar lei de ensino de história e cultura afro-brasileira. Disponível em: <http://www.generonumero.media/organizacoes-recorrem-justica-para-efetivar-lei-de-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira/>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

A partir de análises como essas faz-se entender a importância da criação de Leis voltadas para as minorias no Brasil, implicando justamente na divisão de recursos para as políticas educacionais, culturais e afirmativas. O Conselho Nacional de Educação menciona que a partir da discussão da criação do Projeto de Lei, fora necessário realizar consultas com diversas Instituições e Movimentos, visando a construção de uma educação mais justa e pertencente.

[...] foi feita consulta sobre as questões objeto desse parecer (As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), por meio de questionário encaminhado aos grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos estaduais e Municipais de Educação, a professores que vem desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim, a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial. (Conselho Nacional de Educação, 2004, p. 09)

Em 2008, com a atualização e com a criação da Lei 11.645/08, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fora alterada novamente, inserindo a obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileira e indígena na sala de aula. Pelas análises, entendeu-se que fora neste sentido, também, que se discutiu o Projeto Pedagógico Curricular da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira. O projeto UNILAB fora criado com o intuito de promover uma educação mais libertadora, diversificada e democrática.

Com o processo de legalidade somados à luta do Movimento Negro desde a constituinte da década de 1980, houve o processo de ação contundente pelo reconhecimento da contribuição dos povos afro-brasileiros, afro-indígenas e dos indígenas na formação da sociedade brasileira, perspectiva que nesse espaço de tempo ficou resignada a ideia de democracia racial, fundamentada pelo Itamaraty, na ideia de superação e total administração da igualdade perante a Lei.

Até o ano de 2003, ainda que a Constituição Federal de 1988 assegurasse aos brasileiros os direitos fundamentais para um cidadão e utilizando-se da perspectiva de que “todos são iguais perante a lei”, não existia nenhuma proposta no âmbito da escolarização que objetivasse a reparação para indígenas e pretos da sociedade brasileira no que diz respeito a obrigatoriedade da incorporação de temáticas pertencentes nas instituições de educação no Brasil.

No ano de 2010, destaca-se o Estatuto da Igualdade Racial. O documento elenca de modo estruturante e de curso legal, que dispõe sobre os cuidados de uma parcela da população marginalizada socialmente e historicamente, efetivando gradativamente o processo do estado

democrático de direito, conformando a lei de cotas e demais políticas públicas alcançadas dentro da mesma prerrogativa.

A criação da UNILAB vem gerando impactos diretos na formação social do Brasil, tanto em seu projeto que pauta a diversidade étnica, como de maior aproximação da democracia no campo da educação. Em 2016, pela primeira vez na História do Brasil, o país pôde ver a formatura de uma turma no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, turma esta que era composta por aproximadamente 99% de estudantes negros, africanos e afro-diaspóricos, o que até pouco tempo não era possível¹¹.

4 BRASIL: LEGADO HISTÓRICO E A ESTRATÉGIA DO BRASIL PARA APROXIMAÇÃO COM O SUL GLOBAL

Uma das grandes preocupações e desafios enfrentados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) surgiu logo no início da sua criação e num momento em que ocorreram “*grandes mudanças nos fluxos de cooperação internacional para o desenvolvimento*”¹², materializando transformações “*de duas formas*” – no início das relações de cooperação técnica do Brasil com o sistema multilateral e na ampliação das cooperação técnica Sul-Sul.

A partir da institucionalização desse órgão, o papel internacional do Brasil deixa o lugar de receptor de assistência técnica e passa a fornecer e atuar incisivamente na cooperação horizontal ampliando a sua própria criação¹³.

“Atualmente, a cooperação Sul-Sul do Brasil está presente em todos os continentes, seja por meio de programas e projetos bilaterais, blocos regionais e extra regionais ou via parcerias trilaterais com governos estrangeiros e organismos internacionais”. (Histórico da ABC).

Com esse modelo, os países colaboram entre si, relacionando-se sem hierarquização e ingerências. As principais propostas da ABC são voltadas para o desenvolvimento social e inclusivo. Entre as finalidades da ABC, encontram-se: a promoção de impactos positivos nas populações e possíveis mudanças na estrutura socioeconômica dos países envolvidos. Alguns dos projetos cruciais da cooperação educacional envolvem a concessão de bolsas de estudo, a

¹¹ Primeira turma de 38 alunos da UNILAB colou grau na última sexta-feira (09). Disponível em: <http://saofranciscoconde.ba.gov.br/primeira-turma-de-38-alunos-da-unilab-colou-grau-na-ultima-sexta-feira-09/>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

¹² Histórico da Associação Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Historico>. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

¹³ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Introducao>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

estruturação da educação superior e a formação de professores. (SILVA, 2012).

Os projetos de nível Superior são realizados pela Secretaria de Educação Superior (SESU); do Ministério de Educação (MEC); pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Os principais programas de cooperação educacional são: o Programa de Estudantes- Convênio de Graduação, o PEC-G e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós- Graduação, o PEC-PG.¹⁴

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação foi criado em 1965 pelo Decreto de nº 55.613 e hoje é regido pelo Decreto Presidencial de nº 7.948. O PEC-G surge com a intenção de oferecer a estudantes de diversos países em desenvolvimento, bolsas de estudos em cursos de Graduação em várias Instituições de Ensino Superior no Brasil. Essas bolsas são oferecidas para estudantes de países com os quais o Estado brasileiro possui acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico e é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por meio do departamento de Divisão de Temas Educacionais em conjunto com o Ministério da Educação.

Atualmente são 62 os países participantes no PEC-G. São 26 da África, 25 da América Latina e Caribe, 8 da Ásia e 3 da Europa. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. Desde os anos 2000, houve mais de 9.000 selecionados. A África e a América Latina e Caribe somam a maior parte dos estudantes. Entre as nações africanas participantes, destacam-se Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.¹⁵

Não muito diferente, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação que teve seu primeiro protocolo assinado em 1981 e atualizado em 2006, foi criado objetivando possibilitar aos estudantes estrangeiros a realização agora da Pós- Graduação, *strictu sensu*, seja em Programas de Mestrados ou de Doutorados, novamente contribuindo para a formação do quadro de recursos humanos dos países- parceiros, tendo como base os mesmos modelos do PEC-G.

As vagas oferecidas pelo PEC-PG só são consideradas nas IES brasileiras que sejam recomendadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diferentemente da configuração dos departamentos responsáveis, no Programa do PEC-PG, são responsáveis: o MRE, o DCE, o MCTI, a CAPES e o Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹⁴ Dados do IPEA, 2010.

¹⁵ Divisão de Assuntos Educacionais. Ministério de Relações Exteriores. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/paises_participantes.php. Acesso em 5 de janeiro de 2020.

Em termos de números destes dois programas, podemos observar acerca do PEC-G, que entre os anos de 2000-2017 o Brasil recebeu, 7373 estudantes do continente africano, 2271 estudantes da América Latina e do Caribe e 65 estudantes asiáticos. Já no PEC-PG, o Brasil entre os anos de 2005-2016, recebeu-se 2324 estudantes estrangeiros de todo o mundo. Dos anos 2000-2013, de forma mais especificada, o Brasil recebeu o total de 1625 estudantes estrangeiros das Américas, 465 de estudantes africanos e 76 estudantes asiáticos no PEC-PG.

Aqui vale uma ressalva como destaque para os países do continente africano e das Américas recepcionados pelos dois programas, reafirmando cada vez mais as políticas de cooperação entre os países dos blocos regionais aos quais o Brasil mais tem proximidade e tem se comprometido com as políticas de cooperações entre os países do Sul Global.

Patrícia Soares Leite, diplomata brasileira, discorre acerca da política de cooperação horizontal durante o governo Lula, e salienta que a cooperação técnica brasileira proporcionou a consolidação de instituições na área de educação para os PALOP's. A diplomata cita a criação da primeira Universidade de Cabo Verde e mostra dados referentes ao PEC-G e ao PEC-PG, mencionando que

No total, os PALOP receberam 77% das ações de cooperação brasileira na África, pelo Programa de Estudante-Convênio (PEC-G e PEC-PG), de 2001 a 2006, mais de 2.800 estudantes de países africanos lusófonos foram selecionados, sendo que Guiné-Bissau e Cabo Verde foram os maiores beneficiários, com cerca de 2.000 graduados em universidades brasileiras. (LEITE, 2011. p.184)

Entende-se que, apesar do PEC-G e PEC-PG serem grandes modelos de cooperações educacionais mais abrangente e com base em diversos dados, os países lusófonos impulsionaram benefícios tanto para a África Lusófona como para os estudantes brasileiros. O Brasil até então vem crescendo entre os países que coopera e contribui para a formação de diversos líderes políticos contemporâneos em países cujos os quais têm uma maior integração educacional.

5 COOPERAÇÃO HORIZONTAL E OS IMPACTOS DE UMA POLÍTICA COM BASE NO PRINCÍPIO DA NÃO INDIFERENÇA

Diante de um cenário global cada vez mais competitivo, a diplomacia multilateral continua sendo vista como um dos principais instrumentos de internacionalização econômica, social e educacional pelo mundo. A internacionalização educacional no Brasil vem ganhando

destaque desde 1965, mais ainda a partir da primeira década do século XXI.

A emergência por uma nova forma de cooperação se deu devida a intenção do Estado brasileiro de ter maior aproximação com os seus parceiros. Os selecionados como potenciais colaboradores foram os países denominado geopoliticamente pelos países do Sul global.

A cooperação com os países em desenvolvimento obedece ao mandato do artigo 4º, inciso IX, da Constituição Federal, segundo o qual “a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”¹⁶.

O que também contribuiu e incentivou para a continuação da cooperação específica com os países do Sul Global, se intenciona com a perspectiva tanto da ideia da projeção do Brasil como de um posicionamento mais acentuado do Estado brasileiro no Sistema Internacional, uma vez que os países do Sul Global são majoritariamente membros deste Sistema, mas com poucas influências, o que também viria a tornar o alinhamento em blocos uma potencialidade para melhor atuação do país.

Por outro lado, a priorização dessa mais nova forma de relacionamento no que diz respeito às sínteses e às observações feitas por chefes da diplomacia brasileira, é de que este novo formato visava trazer ganhos para o país, contando a partir de então, com o apoio desses Estados menores para defender os interesses brasileiros frente a ONU ou ter algum tipo de representatividade dentro da Ordem Internacional.

ALLES (2011, p. 25) vai dizer que na diplomacia do governo Lula fora utilizada “[...] a não-indiferença em simbiose aos ideais de solidariedade e na busca pela melhoria das condições sociais dos povos com os quais o Brasil coopera.”, desta forma, entende-se também que o princípio da não indiferença (PNI) serviu como um dos discursos de estratégias para aproximação do Brasil com os países do Sul Global. Este princípio durante o governo do ex-Presidente Lula consolidou atitudes de não ingerências internas e da possibilidade de novas construções e de reconhecimentos no campo sociopolítico (BRUSSI; 2006, p. 16).

“A diplomacia brasileira pauta-se pelo princípio da não-ingerência em assuntos internos, consagrado em nossa Carta.¹⁷”. A ideia da colaboração solidária no governo Lula permeou-se pela ideia da não ingerência interna, como afirmou Celso Amorim em seu discurso na XXXV Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos - "Tornando realidade os benefícios da Democracia".

¹⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19477-cooperacao-entre-paises-em-desenvolvimento>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

¹⁷ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/7852-5>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

A análise deste princípio em específico possibilita o entendimento de que o governo brasileiro à época do primeiro mandato do ex-Presidente Lula agia anti- hegemonicamente numa perspectiva de crescimento do país com base nos moldes e diálogos com países do Sul Global, não interferindo, por exemplo, em assuntos de crises humanitárias internas em países parceiros, somente em caso solicitação de ajuda, como o caso de mediação e pacifismo no Haiti.

BRUSSI vai dizer que um dos exemplos para a interpretação do princípio da não indiferença, também, é o do perdão de dívidas históricas, dizendo que o Governo Lula encontrou “[...] *reforço no perdão de dívidas de difícil ressarcimento que o Brasil, como credor, concedeu a alguns dos países os mais pobres do mundo*”. (2006, p. 16).

Neste sentido, apesar dos impactos positivos para os parceiros de cooperação, essas ações não tornavam numa cooperação sem interesses como defende alguns responsáveis da diplomacia. Nesta ótica, Shiguenoli Miyamoto (2011), vai dizer que

Solidariedade e interesses constituiriam, assim, as duas faces da mesma moeda. Ao contrário, portanto, do que alardeiam as autoridades nacionais responsáveis pela área, a importância conferida pelo país ao continente africano, e aos demais Estados pobres, seria, então, dirigido por interesses. Ou seja, os governantes brasileiros não são os bons samaritanos, apenas preocupados com a busca de soluções para resolver as dificuldades enfrentadas pelo continente. Entre essas, a insuficiência de alimentação, o aumento do número de refugiados como resultado de conflitos ou afetados por problemas ambientais como as secas, questões relacionadas com doenças, etc. (MIYAMOTO, 2011, p.3).

Com isso, podemos destacar também que a cooperação Sul-Sul vem contribuindo no que se refere a tentativa da expansão geopolítica brasileira e suas áreas de intervenção. Tanto a UNILA como a UNILAB enquanto produtos de relações e cooperação educacional com países do Eixo Sul tem causado impactos positivos nos países da integração assim como dentro do próprio Brasil, conforme discutiremos adiante.

6 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA: IMPACTOS E CONTRIBUIÇÕES DA COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA LUSÓFONA

Os impactos e contribuições perante a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira incide diretamente no projeto de cooperação entre o Brasil e a África Lusófona.

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§1º A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§2º Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas.¹⁸

O projeto de cooperação da UNILAB fora estruturado visando as contribuições e os impactos a serem causados pelo mesmo, especificamente, a partir do ingresso de estudantes dos países lusófonos no Ensino Superior. Da cooperação entre o Brasil e a África Lusófona entender-se-ia que, ao terminar o curso e retornar aos países de origem, os estudantes recém-formados contribuiriam na formação das suas sociedades e para o desenvolvimento dos seus países.

Os cursos superiores que vieram a ser oferecidos na nova Universidade teriam que estar necessariamente alinhados com as necessidades dos países-parceiros deste projeto, mapeados pelos técnicos antes da implementação dos mesmos. Os autores (GOMES; LIMA; SANTOS, 2018) fomentam que,

Após diálogos com representantes dos governos, universidades, instituições e organismos internacionais, cinco áreas foram priorizadas para o início das atividades da Unilab: Desenvolvimento Rural, Saúde Coletiva, Educação Básica, Gestão Pública, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável, presentes nas diretrizes elaboradas pela comissão de implantação. Posteriormente, foi incluída a área de Humanidades e Letras. (GOMES; LIMA & SANTOS, 2018, p.98).

Percebe-se que uma das preocupações e desafios surgidos e guiados pela idealização do projeto referido era de preencher lacunas, a qual viria a privilegiar e prezar pelo respeito e pela soberania de cada país-membro, dentro da configuração e do modelo de cooperação Sul-Sul¹⁹, no qual consiste na horizontalidade dos participantes, não tendo receptores e nem

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

¹⁹ Cooperação Sul-Sul é a modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes. Ela difere da tradicional Cooperação

hierarquização entre colaboradores do projeto.

Ademais, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira criada pela Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010, é uma instituição Autárquica, Pública, Federal e de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, região do Maciço do Baturité, no Estado do Ceará, com Campus avançado no estado da Bahia, na cidade de São Francisco do Conde.

O projeto da UNILAB permite e possibilita o reencontro de histórias de brasileiros e de africanos, populações que partilham histórias em comum, de países que passaram por processos de colonização semelhantes e que ainda hoje sofrem com as marcas deixadas por este marco violento de apropriação e ocupação que se sustentou por séculos nos dois continentes.

A proposta da cooperação internacional com Países Africanos falantes da Língua Oficial Portuguesa, os PALOPs, apresenta a internacionalização da Educação Superior com a responsabilidade do Governo Federal de promover efetivamente a cooperação Sul-Sul, com a participação mútua destes países em uma cooperação horizontal, visando a inserção no aspecto social no que tange a cooperação acadêmica entre estes países.

A partir do pressuposto da Universidade como uma instituição que faz um pacto de cooperação com países do continente africano, sabendo-se que o Brasil em sua construção sociocultural tem referências das heranças africanas, denominada heranças afro-brasileira, a exemplo da religiosidade, da filosofia, da linguística, da gastronomia, da estética, da intelectualidade, dentre outros.

A UNILAB tem se tornado cada vez mais um local para *aquilombamento*²⁰ e de efetivação de ações afirmativas, ações estas geradas pela luta de movimentos sociais protagonizados por descendentes de povos escravizados no Brasil, para que hoje possam estudar e ter uma formação acadêmica, interdisciplinar, e que contempla as discussões de demandas sociais, econômicas e culturais, sejam elas, individuais ou coletivas.

Nesta perspectiva, almeja-se um passo importante na formação de jovens que acabam por dialogar com diferentes realidades, diferentes contextos sociais e culturais, sensíveis a outras formas de saberes e crenças, e que agora podem, de fato, buscar a integração em outros níveis, principalmente no plano intelectual e cultural, fazendo da Universidade um espaço

Norte-Sul, onde países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul.

²⁰ É o ato de se reunir em grupos, em quilombos, com a intenção de melhor se protegerem e estar entre os seus iguais. Neste local, entende-se que todos são iguais e que a luta por qualquer que seja o propósito deva ser em coletivo. Termo utilizado pela população negra e por afrodescendentes.

multicultural e diverso²¹.

Um ponto central que precisa ser debatido e compreendido, é que embora criadas por leis brasileiras, Universidades como a UNILA e a UNILAB nascem com propósitos específicos. São instituições orientadas a discussões específicas, com inovações, sobretudo legais. O Ministério da Educação, as secretarias de fomentos e os órgãos reguladores da gestão universitária tendem a trabalhar para consolidar o caminhar e o desenvolvimento destas novas Instituições.

Não muito distante, consolida-se também as iniciativas da diplomacia de cooperação brasileira com Organizações Internacionais de extrema importância para o Brasil, tanto pela discussão das agendas internas e externas, como de relações bilaterais, relações multilaterais e dos blocos regionais e culturais, como é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. É com base nos acordos da CPLP que o Brasil passa a pensar algumas cooperações, que neste caso o foco são as cooperações educacionais do Brasil com a África, sucedendo ao projeto da UNILAB.

Especificamente, a UNILAB, assim como a UNILA, nasce de uma constante aproximação como da cooperação entre o Brasil e os países do MERCOSUL, assim como do Nordeste com o continente africano. Como descreve o documento de criação da UNILAB, o surgimento dessa Unidade Federal foi de um Projeto de Lei, PL, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Projeto foi encaminhado pelo Deputado Federal Antônio Eudes Xavier, PT- CE, ao Congresso, foi tramitado e aprovado em 2008; foi aprovado pelo Senado, na pessoa do Senador Inácio Arruda, PC do B-CE, sob a relatoria do Senador Tasso Jereissati, PSDB-CE. A Lei foi sancionada em 20 de julho de 2010 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Itamaraty, que garantiu a criação da UNILAB, a segunda universidade Federal do Estado do Ceará, sob a lei 12.289.

A cooperação entre o Brasil e a CPLP, tanto estabelece como atende a relações históricas e educacionais de africanos traficados e escravizados no período colonial em Redenção-CE, sendo a primeira cidade a libertá-los. Desse modo, o comprometimento de ações acadêmicas e administrativas passa para a contemporaneidade de forma cooperativa entre os países de língua portuguesa no sentido de promover o desenvolvimento regional, como por exemplo, o intercâmbio científico e cultural e educacional da região.

²¹ ARAÚJO, 2004.

A criação da Unilab foi um marco histórico no processo de integração de culturas diversas, espalhadas pelos continentes e unidas pelo uso do Português como idioma oficial. E foi, principalmente, um marco na cooperação pelo desenvolvimento entre o Brasil e os países lusófonos da África – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe – aos quais se soma Timor Leste como parceiro da Unilab. (Discurso do ex-Presidente Lula²²).

A UNILAB tanto representa o avanço na política de cooperação brasileira como representa o avanço da concretização de projetos no que diz respeito ao entorno do bloco regional, neste caso em específico, dos países-membros da CPLP. Desta forma, a Instituição mostra o comprometimento e o engajamento do Brasil com a comunidade internacional, possibilitando neste formato, mais formas de produção de conhecimento e de conclusão de formação de estudantes de países falantes da língua oficial portuguesa.

7 A UNILAB COMO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE ESTUDANTES BRASILEIROS E DA ÁFRICA LUSÓFONA

A cooperação entre o Brasil e a África Lusófona, assim como tantas outras, têm suas limitações. O caráter de Integração Internacional neste modelo de cooperação educacional traz riquíssimos benefícios no que tange a colaboração para a formação social de negros e negras, africanos e afro-brasileiros, e coloca o Brasil como um ator potente dentre os países do PALOP's.

O Governo brasileiro coopera neste sentido, para além de fortalecer e consolidar o seu projeto de apoio à cooperações de Eixo Sul, contribuindo para o crescimento dos que são hoje países-parceiros, mas que na época da colonização tiveram um papel importantíssimo na construção da formação social do Brasil, tendo por diversas vezes essas contribuições apagadas e marginalizadas.

Com o projeto UNILAB, estudantes oriundos dos PALOP's aprovados via Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE)²³, têm como missão estudar na UNILAB e voltar para contribuir na continuação da formação social e no desenvolvimento dos seus países de

²² Discurso do Ex-Presidente Lula – Outorga do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – 1º de Março de 2013. Disponível em: <http://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf>. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

²³ O Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) é um concurso específico da própria Instituição no qual distribui-se vagas para estudantes estrangeiros dos países-parceiros da CPLP/PALOP's e consiste em duas fases: a primeira fase serve para o preenchimento de formulários e anexo de documentos para análise, sendo aprovados na análise documental, fazem uma prova de redação concorrendo a vaga entre o próprio grupo.

origem. Muitos deles visam ser futuros dirigentes dos seus países ou trabalhar como formadores sociais e agente multiplicadores dessas ações.

A troca de culturas entre os diferentes estudantes da UNILAB vem se tornando importantíssimo no que se refere aos resultados positivos e a contribuição para a formação social da população negra brasileira, assim como uma maior demonstração de empoderamento e democratização da educação do Brasil.

A UNILAB notoriamente vem se destacando por ser uma universidade de referência ao que se pese a integração entre estudantes brasileiros e estudantes dos países-membros dos PALOP's. Esse projeto de integração e de cooperação internacional vem recebendo uma significativa quantidade de estudantes estrangeiros. De acordo com dados da UNESCO, em 2014, o Brasil era o segundo país que mais recebia estudantes da CPLP, atrás apenas de Portugal (NEHRING, 2014).

Conforme balanço feito anualmente pela UNILAB, os números demonstram que a demanda de estudantes estrangeiros recebidos representa o compromisso da Universidade com sua Lei de criação. Abaixo, pode-se o número de estudantes por nacionalidades em cursos oferecidos pela instituição.

Tabela 1 - Distribuição de discentes por nacionalidades

Países	Angola	Brasil	Cabo Verde	Costa do Marfim	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Timor Leste
Discentes em números	227	3878	78	1	667	38	71	25

Fonte: Reprodução da tabela Discentes por País de Nascimento. UNILAB em Números. 2018²⁴.

Dados como esses são importantes para elucidar a influência da Universidade para os países que fazem parte da integração. Além dos números que demonstram na prática o que a UNILAB se propõe a fazer, é preciso analisar os pequenos e grandes impactos que a Universidade causa na vida acadêmica de seus núcleos estudantis assim como as outras categorias que fazem parte desse universo, principalmente no que se refere aos países de origem, percebendo como essa cooperação educacional os afeta no retorno para casa.

Diante da tabela acima demonstrada, percebe-se também a importância da cooperação educacional do Brasil com países do Sul Global, especialmente sua relação com a CPLP, na qual essas políticas de cooperações proporcionam benefícios não só para o Brasil, mas para os

²⁴ Disponível em: www.unilab.edu.br. Acessado em 10 de janeiro de 2020.

países da integração como um todo.

Durante o Governo Lula, seu discurso para as relações Sul-Sul tinham como prioridade uma globalização mais igualitária e mais solidária. Segundo LEITE:

Se queremos outra globalização – menos desigual, mais solidária – precisamos construir parcerias estratégicas que unam os países em desenvolvimento em torno dos mesmos objetivos e que atendam, sobretudo, os países mais pobres. Uma nova geografia política e econômica só será possível se atores com afinidades escolherem o diálogo direto e a ação conjunta nos foros internacionais (LULA *apud* LEITE, 2011. p.185).

Lula também colocou no centro dessas relações a aproximação do Brasil com o continente africano nas áreas culturais, políticas e econômicas, justificando-a o passado histórico entre os dois lados. Com o intuito de conciliar a Política Externa Brasileira, o ex-Presidente Lula afirma que *“a forma mais correta de retribuirmos o sacrifício dos africanos é estabelecer a mais perfeita política de harmonia com a África”*²⁵.

Diversas políticas foram determinantes no que diz respeito aos novos interesses do Brasil em África. Foram diversos diálogos em que o ex-Presidente Lula notou necessário a aproximação entre o Brasil e os países da CPLP, fazendo, também, com que rompesse com o modelo de Cooperação Internacional Tradicional, CIT, a qual era mais focada no desenvolvimento econômico, passando a desenvolver-se projetos que equacionasse cooperações no âmbito da educação e da cultura.

Desta forma, se torna também possível, perceber que o projeto da Instituição UNILAB se caracteriza como uma ferramenta de mudança na vida do seu corpo acadêmico como todo, afetando diretamente os países da integração regional posta no projeto institucional, através da formação de seus novos profissionais, e promovendo a necessidade de esforços e preparações de políticas públicas e empregos nos países que irão receberem os estudantes de volta, o que se torna outra demanda provocada pelo projeto UNILAB.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empirismo educacional dos negros e negras no Brasil é marcado pela desigualdade principalmente quando se refere às questões comparativas com a formação educacional de pessoas não negras. Nota-se que esse processo de formação desigual se deu início desde a

²⁵ LEITE, 2011.

chegada das primeiras léguas de negros africanos para trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar e nas fazendas dos Senhores de Engenho, de igual forma, posteriormente, na formação e construção social do Brasil.

Esse processo desigual ainda é muito explícito na sociedade brasileira, cuja qual o modelo tradicional de educação adotada consiste em marginalizar o ensino da história e da cultura dos negros africanos e de afro-brasileiros nas escolas. Mesmo com as variadas mudanças protagonizadas pelos diferentes governos brasileiros, as políticas educacionais para os negros parecem permanecer estagnadas. Uma vez que num território em que a maioria da população se autodeclara como negros e negras, mas que os números de negros com formação superior são baixos, isso se torna contraditório e insuficiente.

Cientes a essa problemática, em 2003, com a chegada ao poder pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a sociedade brasileira fora notificada que o Brasil tomaria novos rumos, rumos esses progressistas e mais igualitários para a população brasileira.

No Brasil, nota-se que o crescimento de implantações de políticas públicas e políticas de ações afirmativas para a sociedade brasileira se deu a partir do Governo Lula. Um dos marcos que entendemos ser mais marcante dentre este período, foi a saída do Brasil do quadro de fome da Organização das Nações Unidas e a entrada de negros africanos, afro-brasileiros e indígenas nas universidades.

A UNILAB por ser uma Universidade de caráter de integração internacional e um projeto diferenciado no Brasil têm causado grandes impactos, tanto no Brasil, como nos países da integração dos blocos regionais e blocos de cooperações multilaterais aos quais o Brasil integra o grupo de países-membros. No que se refere aos impactos causados pela UNILAB aos brasileiros, esta Universidade Federal tem sido a Instituição de Ensino Superior Pública que mais tem formado cotistas, pessoas de baixa a renda, pessoas LGBTQI+ bem como um grande número de negros africanos.

Desta forma, constatamos que as cooperações educacionais do Governo Brasileiro, incluindo suas demandas diante das agendas da Organização das Nações Unidas, possuem caráter estratégicos, sobretudo no que diz respeito aos direitos humanos e da defesa da pauta da Educação para todos e para todas e que a mesma seja efetivamente pautada nas diversidades: étnicas, culturais, sociais, raciais, econômicas e de gênero.

Ademais, percebe-se que o novo foco da Política Externa Brasileira implementado pelo ex-Presidente Lula assim como pela ex-Presidenta Dilma, apesar da segunda ter fugido do modelo tradicional de relações entre Estados, a Política Externa Brasileira nestes dois governos ainda reproduzia aquilo que os teóricos realistas das Relações Internacionais

defendem como relações por meio de interesses nacionais, ou seja, uma Política Externa maquiada por um conjunto de interesses não declarados.

A criação da UNILAB representa um grande esforço político e da sociedade civil brasileira, que por muito tempo vem lutando para uma reparação histórica nos diversos setores da sociedade, aqui tratando-se da reparação histórica no campo educacional. Neste caso, faz-se referência às questões históricas que envolve o povo negro africano e negro brasileiro que há séculos vem contribuindo para a formação da nação brasileira.

Neste sentido, entende-se que foi com base nessas perspectivas que viera a surgir a consolidação do projeto de cooperação entre o Estado brasileiro e os países-membros do PALOP, o que recai sobre o princípio da não indiferença. Apesar dos avanços a partir da criação da UNILAB como política pública e de integração internacional, percebe-se que ainda há muito por se fazer, pois o novo modelo cooperacional, mais concretamente as ações desenvolvidas na área de educação com os PALOP's se encontram em fase embrionária, o que exige maior atenção por parte dos interessados em manter essa cooperação.

Em forma de síntese, considera-se que a nova cooperação educacional entre Brasil e os PALOPs é pautada por diversos fatores, seja ele, por ligações históricas, culturais ou linguísticas. Essas características em comum possibilitam um maior diálogo entre as diversas nações envolvidas e que vivenciaram semelhantemente o mesmo processo colonial.

Vale ainda ressaltar, que, como em qualquer outro tipo de cooperação, as relações Sul-Sul trazem impactos nos dois lados. Na verdade, a intenção da nova ordem da Política Externa do Brasil pautada pelo Governo Lula e mais tarde continuada pelo Governo Dilma, consistia não apenas em ser o país cooperador, mas sim com o propósito de terem aliados que pudessem colaborar, inclusive quantitativamente em votações estratégicas, atuando também em defesa dos interesses brasileiros no cenário global.

REFERÊNCIAS

ALLES, Leonardo M. A não-indiferença na política externa brasileira: a maneira de intervir na diplomacia Lula da Silva. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UFRGS. Rio Grande do Sul, 2011.

ARAÚJO, Danielle. Internacionalização e integração: interfaces, possibilidades e os desafios do Ensino Superior na Unila e Unilab. O público e o privado. Nº 23. Janeiro/Junho. 2014.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da

União, Brasília, 2003.

BRUSSI, Antônio José Escobar. Não indiferença: nova comunidade ideológica de consciência para o Sul Global? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 20. Brasília, maio – agosto, 2016.

BITTAR, Marisa; JUNIOR, Amarílio Ferreira. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472-482, dez., 1999.

CARVALHO, Amanda S. D. de; ROSA, Renata de M. O Brasil e a não-indiferença à crise haitiana: solidariedade ou retórica do discurso? *Univ. Rel. Int.*, v. 9, n. 1, p. 487-509. Brasília, jan./jun. 2011.

DIOGENES, Camila G.; AGUIAR, José R. UNILAB: Caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul. *Redenção: UNILAB*, 2013. 120p.

<https://Www.Youtube.Com/Watch?V= QE6ppxk0vQ&T=1805s>. Acessado em 05 de dezembro de 2019.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

Igualdade Racial e Étnica. – Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 206p.

INSTITUTE FOR APPLIED ECONOMIC RESEARCH (IPEA). A Cooperação Educacional de Caráter Acadêmico. Pp. 39-53. IPEA – Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010. Disponível em:

<Http://Www.Abc.Gov.Br/Imprensa/Mostrarconteudo/561>. Acesso em: 07 de dezembro de 2019.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: Os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2011. Pp. 179-185 ISBN 978-85-7631-312-0. Disponível em: <Http://Funag.Gov.Br/Loja/Download/842- Brasil E A Cooperacao Sul-Sul Em Tres Momentos De Politica Externa O.Pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEICAO, Francisco Carlos Da; M'BUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. *Cad. CRH*, Salvador, V. 29, N. 76, Apr. 2016. P. 13-32. Disponível em

Http://Www.Scielo.Br/SciELO.Php?Script=Sci_Arttext&Pid=S0103-49792016000100013&Lng=En&Nrm=Iso. Acesso em 29 de novembro de 2019.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Brasil e África: um novo olhar? Print ISBN 2236-7381 3°

Encontro Nacional ABRI 2011. São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a47.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n1/v27n1a05>. Acesso em: 18 de dezembro

de 2019.

NEHRING, Carolina. Documentário aborda experiências de estudantes dos PALOP no Brasil. 2014. Disponível em: <https://P.Dw.Com/P/1cyxx>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

SILVA, Diego Barbosa da. As Contradições da Cooperação Técnica em Educação Brasil-CPLP: O Caso do Timor-Leste. Carta Internacional, [S.L.], V. 7, N. 2, P. 149- 162, dez. 2012. Issn 2526-9038. Disponível em: <https://Cartainternacional.Abri.Org.Br/Carta/Article/View/62>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

STALLIVIERI, Luciane. O Processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=903&path%5B%5D=1020>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

UNILAB Em Números 2018. Matrículas Por Nacionalidade. Disponível em <https://App.Powerbi.Com/View?R=Eyjrijoiogqznjawyzqtnzlimc00nzlmltk4ywutymiynwfiodu4zwq1iiwidci6ijkwmjlkzgnllwfmmtitndjizs04mdm3ltu4mzezztrkyzvkmjsj9>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

USP; Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.usp.br/internationaloffice/index.php/programas-e-redes/rede/aulp/>. Acesso em 25 de novembro de 2019.